

JOSÉ CASADO

O poder de dar crédito a si mesmo

Para os economistas, o melhor lugar do mundo é aqui e agora. Não há outra fronteira onde tenham conseguido tanto poder e prestígio.

Eles conquistaram legitimidade política jogando com as deficiências da estrutura partidária e a fragilidade institucional da burocracia.

Neste século, acabaram compondo um segmento singular na elite dirigente: detêm uma fatia expressiva do poder real nas decisões de Estado, o que configura uma situação sem paralelo nas democracias industriais.

Passaram a exercer papel crucial na vida política e a desfrutar de prestígio invejável nas universidades brasileiras (certa vez, o físico Mário Schemberg encontrou o economista Celso Furtado: "Mas esse negócio de Economia é ciência mesmo?")

A historiadora Maria Rita Loureiro, da Fundação Getúlio Vargas (São Paulo), mostra em recente



**O Brasil
consolida-se
na posição
de perfeito
éden dos
economistas**

ensaio que a posição dominante da ciência econômica na área intelectual e acadêmica, assim como sua estreita vinculação com o poder, têm origem nas características sociais de seus promotores-divulgadores no País. E, também, no sucesso no lobby institucional que certos grupos puderam empreender, dentro e fora do aparelho de Estado.

Pesquisando as raízes dos estudos da ciência econômica no

Brasil, Maria Rita observou sua relação direta com figuras de estrato social elevado, no início do século, tais como engenheiros com carreira na direção de empresas privadas ligadas à construção de obras públicas, além de altos funcionários do governo e de agências internacionais.

Reporta-se à década de 30. Cita os exemplos de Luiz Rafael Vieira Souto e Eugênio Gudin, engenheiros, e Roberto Simonsen, industrial. A estes se juntaram, entre outros, altos funcionários do go-

verno e de agências internacionais, como Octávio Gouveira de Bulhões e Roberto Campos. "Eles se tornaram economistas através de formação autodidata e por razões de ordem prática, relacionadas às suas atividades de gestão, direta ou indireta, de negócios públicos."

Os conselhos e comissões setoriais montados por Getúlio Vargas, nos anos 30, tiveram papel fundamental, funcionando como espécie de "escolas técnicas" de economia. Entre as pérolas da investigação de Maria Rita está um depoimento de Eugênio Gudin sobre como foi seu envolvimento com o poder e os estudos de economia: "Eu fui entrando (no poder central) sem projeto, nem plano. O dr. Getúlio teve muita responsabilidade nisso. Ele nunca formou uma comissão, e foram muitas, sem me nomear. Depois, a certa altura, uns amigos vieram me buscar no escritório para fazer parte do corpo docente da faculdade que eles queriam fundar, a Faculdade de Economia."

O primeiro projeto remonta a 1931, mas só foi concretizado em 1945, sob a liderança de Gudin & Bulhões. Eles foram aos Estados Unidos para representar o Brasil

no tratado de Bretton Woods. Na volta, apresentaram o projeto da escola (hoje FGV-Rio) à análise dos professores de economia da Universidade de Harvard.

Meia dúzia de décadas depois, o Brasil consolida-se na posição de perfeito éden dos economistas — mais do que qualquer outro segmento da elite dirigente, com conhecimento específico, eles têm poder para dar crédito a si mesmos (o depoimento de Pêrsio Arida, presidente do Banco Central, ontem, no Senado, é um caso exemplar).

Nota-se uma mudança relevante nas características nas relações com o poder central: a passagem por um posto-chave no governo tornou-se uma espécie de estágio mais avançado de graduação na carreira profissional.

É o que demonstra a contabilidade de boa parte das instituições financeiras. Coincidência ou não, os bancos que mais cresceram em lucros no ano passado são exatamente aqueles que têm em suas diretorias profissionais com passagem por áreas cruciais das finanças públicas, especialmente no Banco Central.

■ José Casado é jornalista